



## EDITORIAL

### Arquitetura e patrimônio: da arqueologia ao projeto de restauro

Esta edição da Revista PARC \_ *Pesquisa em Arquitetura e Construção* tem como tema a “*Arquitetura e patrimônio: da arqueologia ao projeto de restauro*”. Apresenta seis artigos de autores de distintas procedências e formações que convalidam as proposições do Departamento de Arquitetura e Construção da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp de estimular interfaces de pesquisa científica entre diversas áreas do conhecimento que convergem para a preservação do patrimônio arquitetônico, um campo de atuação interdisciplinar por excelência.

A consciência de que “preservar a história” não se restringe mais a conservação dos monumentos excepcionais tem significado um profícuo engajamento de campos do conhecimento, com metodologias diversas, às premissas conceituais e sistemas operativos conexos às práticas projetuais de restauro das pré-existências, tanto na escala do edifício como na urbana. Para além das necessárias reflexões teóricas, as investigações dedicadas à conservação arquitetônica multiplicaram-se nos últimos anos e vem resultando em importantes estudos aplicados, embasados em prerrogativas preservacionistas internacionais, que se afirmam e se estruturam a partir de conhecimentos oriundos da história da arquitetura e do urbanismo, da história da técnica, das ciências aplicadas, da engenharia, da arqueologia, da antropologia e de outras tantas áreas que circunscrevem o campo disciplinar da restauração.

Não é exagero afirmar que, somadas às controversas e crescentes solicitações do mercado por reabilitações de edifícios e sítios históricos com vistas a sua reinserção utilitária nas cidades contemporâneas, o crescimento do número de matérias curriculares que tratam de preservação de bens culturais ministradas atualmente nas universidades brasileiras e estrangeiras, vem corroborando positivamente para o aumento expressivo de pesquisas acadêmicas na área do patrimônio. Em consequência, incrementam-se debates acalorados sobre a qualidade (ou não) das ações atualmente dirigidas à preservação do ambiente construído como um todo.

O amadurecimento dos estudos nacionais são inegáveis, mas ainda há muito por fazer, pensar, refletir, compatibilizar e extroverter acerca da temática em questão. Os desafios impostos pela complexidade das solicitações sociais e econômicas de um mundo globalizado ao patrimônio histórico e cultural desdobram seguros preceitos em múltiplas variáveis analíticas de um mesmo fenômeno, ainda que voltadas para um objetivo comum: expressar o tempo transcorrido nos objetos e convalidar socialmente seus valores memoriais. Preservação é área que suscita constantes reavaliações dos parâmetros de pesquisa, e também polêmicas apaixonadas.

A diversificação das abordagens observadas nas produções acadêmicas recentes sobre o argumento evidenciam significativos avanços no estabelecimento de referências próprias para o campo da conservação do patrimônio edificado, que acolhemos na seleção dos textos para compor este número da Revista PARC.

Na presente edição procurou-se apresentar experiências e trabalhos produzidos por investigadores de dois países próximos culturalmente, como o são o Brasil e Portugal, escolhendo, na sempre difícil tarefa de seleção de artigos, textos que abordam, com um certo frescor e novidade, alguns dos muitos subtemas do universo do patrimônio histórico.

Os artigos reunidos na PARC n4.v3 englobam aspectos variados. Os argumentos vão da proposição de sistemas estratigráficos para avaliação material dos artefatos arquitetônicos à análise as formas atuais de tutela e proteção



legal dos monumentos tombados, passando por discussões de caráter conceitual que envolvem estudos de conjuntos urbanos modernos. Incluem também avaliações sobre variáveis de apropriação dos bens culturais brasileiros que, provocativas, solicitam reflexões sobre linhas teóricas consolidadas internacionalmente em prol da adequação das lides protecionistas e intervencionistas às demandas por uso social do patrimônio edificado e participação dos usuários nas decisões técnicas; uma questão polêmica que tem animado, e dividido, congressos e encontros científicos nos últimos tempos.

Neste contexto, o primeiro bloco de artigos reúne estudos concernentes a escala do edifício, que enfatizam questões afeitas a História da Técnica e seus aportes com a Arqueologia da Arquitetura (A.A.). Esta última, uma área de interface colaborativa entre arqueólogos e arquitetos, estrutura uma metodologia própria voltada à análise global das edificações em toda sua complexidade, com afirmação em diversos países europeus, e sobre a qual temos poucas referências nacionais. Possibilitar a compreensão material e perimetral das etapas evolutivas de um edifício histórico é apenas uma das contribuições da A.A. para o desenvolvimento adequado de projetos de restauração arquitetônica, sendo, importantíssimas suas contribuições para estudos de materiais e técnicas construtivas tradicionais, área em que a pesquisa brasileira ainda é muito incipiente. Carecemos de bibliografia e estudos de casos elucidadores das variantes de aplicação de tal sistemática analítica para aperfeiçoarmos nossas ações e pesquisas neste campo.

Nesta perspectiva, são muito bem vindas as contribuições dos jovens arqueólogos portugueses, **Raquel Santos, Paulo Rebelo e Nuno Neto** que nos dão a conhecer aspectos teóricos-metodológicos e aplicações concretas de métodos de estudo pertinentes a A.A. para realização de análises estratigráficas de edificações históricas em seu país.

No artigo **ARQUEOLOGIA DA ARQUITECTURA: CONCEITOS E APLICAÇÕES** nos é apresentado um breve quadro referencial das bases conceituais, objetivos e emprego principal da A.A. na Europa, tratando especificamente de estudiosos da Itália, Espanha e Portugal, países que se destacam nesta modalidade de investigação. Mostram-se sistemas de anotações de campo, fichas e sínteses dos dados, com especial enfoque para os sistemas de documentação gráfica que apoiam o registro de estratigrafias arquitetônicas e de parâmetros murários adotados por diversos autores que permanecem inéditos em nosso mercado editorial, não obstante sejam referências consagradas na área. Dentre esses esquemas de síntese gráfica narrativa destacamos o modelo teórico de representação de estruturas edificadas e suas relações com estratos materiais processados a partir do “método Harris”, um sistema de análise de natureza eminentemente arqueológica, empregado para interpretação material da arquitetura.

O segundo artigo sobre o tema, intitulado **INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA EM PATRIMÔNIO EDIFICADO: DOIS CASOS DE APLICAÇÃO DOS MÉTODOS DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITECTURA EM CONTEXTO URBANO** nos fala de exemplos de aplicação da A.A. ao estudo de edificações históricas situadas em duas importantes cidades portuguesas – Lisboa e Lagos. O primeiro caso ilustra os trabalhos prospectivos feitos para apoiar um projeto de restauração identificando diferentes materiais e técnicas de construção de grande importância para o conhecimento da arquitetura dos séculos XVIII e XIX, em pleno coração da Lisboa pombalina. Neste caso, realizaram-se ainda leituras da evolução do edifício com adaptações dos diferentes espaços ao gosto da época. O segundo caso refere-se ao estudo arqueológico de um edifício situado no centro histórico de Lagos (sul de Portugal) que infelizmente foi demolido para dar lugar a uma construção nova. Tratando-se de uma demolição integral, o registro arqueológico englobou tanto as estratigrafias verticais, efetuadas para estudos dos revestimentos, como as inspeções ao nível do subsolo. No decurso dos trabalhos documentaram-se para memória futura diferentes tipos de aparelhos construtivos, constituindo um importante manancial de informação sobre os modos de construir nas cidades do sul. Foram ainda identificadas cinco fases de utilização de um complexo



edificado entre os séculos XV e XX, desde a existência de estruturas artesanais e fundação de uma casa senhorial, até à criação de diferentes habitações individuais.

Outra significativa contribuição portuguesa vem de **João Mascarenhas Mateus**, engenheiro civil de formação, professor da Universidade de Coimbra, que se dedica ao estudo da história das técnicas construtivas tradicionais em perspectiva multidisciplinar. No seu artigo *A QUESTÃO DA TRADIÇÃO. HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO*, Mateus expõe com sensibilidade e propriedade problemas que tangenciam discussões sobre a necessidade de reconsideração e incorporação das técnicas e materiais tradicionais nas intervenções de conservação do patrimônio arquitetônico. Um posicionamento que o coloca na contracorrente do senso comum, que costuma considerar a utilização de técnicas tradicionais em trabalhos de restauro um anacronismo apartado da cultura e da economia atuais. Na busca de uma ontologia das culturas construtivas, o autor nos reporta naturalmente à reflexão sobre o quão indissociável se apresenta o “patrimônio imaterial” do “patrimônio material” no universo da arquitetura, dos bens tangíveis.

No bloco de artigos referente às discussões sobre critérios e teorias que perpassam a preservação arquitetônica temos contribuições de autores brasileiros que tratam de problemas que têm sido argumento de encontros e pesquisas científicas nacionais recentes.

O artigo das pesquisadoras **Cristiane Cabreira, Rosina Trevisan Ribeiro e Cláudia Barroso Krause**, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulado *CRITÉRIOS, MÉTODOS E PARÂMETROS DE ATUAÇÃO NO ENTORNO DE BENS TOMBADOS ISOLADOS PELO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL: A VISIBILIDADE EM QUESTÃO*, traz à luz um tema muito atual e difícil: as áreas envoltórias dos bens tombados, sobre o qual contamos com raríssimos estudos brasileiros.

É oportuno lembrar que as dimensões valorativas que se associam à idéia de área de entorno, têm como objetivo garantir a integridade da ambiência do bem tombado, assim como sua percepção e relação com o meio em que insere. Discutindo as variações que o conceito e os significados que o entorno vem sofrendo nos procedimentos científicos brasileiros de intervenção no patrimônio histórico - especificamente das práticas do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)-, as autoras avaliam criticamente documentos supra nacionais como base de reflexão a respeito da eventual inclusão de novos atributos à ideia de envoltória, que não apenas a visualidade, para resguardar os edifícios históricos dos impactos das velozes e inexoráveis transformações urbanas.

O arquiteto **Marcos José Carrilho**, do IPHAN São Paulo, um estudioso do patrimônio arquitetônico moderno, no texto *PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO PARQUE IBIRAPUERA* analisa, em perspectiva histórica, um emblemático acervo arquitetônico paulista concebido na década de 1950 pelo arquiteto Oscar Niemayer, no contexto comemorativo do *VI Centenário da Cidade de São Paulo*, que conta com edificações expressivas do modernismo nacional. Segundo o autor, o conjunto de edifícios em questão tem sido objeto de constantes transformações físicas e funcionais que interferem negativamente na coesão espacial e simbólica do projeto originário. Carrilho se propõe a análise de três das principais intervenções recentes de que os edifícios do conjunto foram objeto: a adaptação do antigo Palácio da Agricultura para sediar o Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, as melhorias e adaptações às normas de segurança do Pavilhão Cicillo Matarazzo, sede da Bienal de São Paulo, e o Pavilhão Armando de Arruda Pereira a ser transformado no Museu das Culturas Brasileiras.

Coletivizando um expressivo acervo fotográfico documental, ao mesmo tempo que trata de obras de restauro recém realizadas ou ainda em curso, este artigo contribui sobremaneira para pensarmos sobre a urgência de definições de



parâmetros críticos para a adequada salvaguarda física e memorial do patrimônio moderno brasileiro, que vêm se “desmaterializando” diante de nossos olhos perplexos.

No dizer de Paolo Torsello “*restauro não é matéria concluída*”, cabendo sempre aos contemporâneos, à luz da história, discutir, rever e propor as bases e ideias que o constituem. Efetivamente, a restauração é uma disciplina entusiasmante, que ao longo de seu desenvolvimento secular, enseja vivos debates, apaixonadas disputas eruditas e grandes controvérsias técnicas, sempre relacionadas ao processo histórico que a solicita. No texto intitulado “**NOVAS**” *QUESTÕES NA TEORIA DA RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO: IDENTIDADES CULTURAIS, FUNÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS*, o arquiteto **Nivaldo Andrade Junior**, da Universidade Federal da Bahia, propõe-se a discutir orientações teóricas que considera nacionalmente hegemônicas contrapondo a elas posições de autores que avalia como mais adequadas para fundamentar e balizar intervenções preservacionistas, tidas por ele como pertinentes à grande diversidade cultural de um país de dimensões continentais, como é o Brasil.

Poderíamos concluir dizendo que este conjunto de textos revela-nos sobre o tema em análise a necessidade imperiosa do conhecimento prévio e aprofundado da realidade em que se intervém, condição essencial para uma adequada definição de metodologias de atuação, reforçada neste caso ainda pela importância da troca de experiências entre países unidos por um patrimônio comum; um convênio colaborativo que acreditamos criativo e promissor de futuras parcerias.

Boa leitura.

## **Regina Tirello**

Departamento de Arquitetura e Construção da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp/Brasil

## **Maria de Magalhães Ramalho**

Direção-Geral do Património Cultural/Portugal  
ICOMOS/Potugal

Editoras da Revista PARC 4, vol.3